

CALDEIRA LÊ MACUNAÍMA

Guto Leite*

RESUMO: *Este artigo visa a se apropriar da revisão teórica feita pelo sociólogo Jorge Caldeira no modelo que Caio Prado Júnior apresenta em Formação do Brasil Contemporâneo (1942) a fim de entender, sob essa outra perspectiva, algumas passagens e dados estruturais da narrativa de Mário de Andrade, Macunaíma (1928). No entendimento de que tanto Caldeira quanto o escritor modernista falam de uma mesma perspectiva, qual seja, a ascensão da economia empreendedora paulista – embora nos eixos diversos do reconhecimento e da promessa, respectivamente –, uma aproximação entre suas propostas parece alimentar interpretações instigantes a respeito da narrativa mais célebre do modernismo brasileiro.*

PALAVRAS-CHAVE: *Macunaíma – Jorge Caldeira – Mário de Andrade*

ABSTRACT: *This article aims to appropriate the Jorge Caldeira's theoretical review on the Caio Prado Júnior's model presented in the Formação do Brasil Contemporâneo (1942), in order to, based on that review, try to understand in a different way some sections and peculiarities of the Mario de Andrade's narrative, Macunaíma (1928). Understanding that both the writer and the sociologist write from the same perspective, namely, the rise of the paulista modern economy – although in different axes, recognition and promise, respectively – an approximation of their proposals seems to create provocative interpretations about the most famous narrative of the Brazilian modernism.*

KEYWORDS: *Macunaíma – Jorge Caldeira – Mário de Andrade*

Parece claro que uma das linhas de força na obra de Jorge Caldeira é certa contraposição ao modelo clássico de Caio Prado Jr. Na Formação do Brasil Contemporâneo (1942), este acusava o sistema colonial brasileiro de ter sido alicerçado no latifúndio, na exportação, na dependência do mercado externo, na monocultura e na atividade escravista. Não que Caldeira descarte de todo esse modelo, mas o relativiza ou o circunscreve em História do Brasil com Empreendedores (2009) (antecedida por outra obra sua, A nação mercantilista [1999]), apontando o volume de atividades existentes no Brasil colônia que escapavam ao pentagrama do historiador marxista. Ao demonstrar a importância do comércio nas terras brasileiras antes da independência, as múltiplas atividades que aqui se desenvolviam, a pujança do mercado interno e a existência, embora precária, de diversos contratos de serviço, Caldeira nos leva a associar prioritariamente o panorama de Caio Prado Jr. ao ambiente do Rio de Janeiro e suas cercanias.

(Subjacente à vontade por uma precisão histórica maior, é preciso notar que vem igualmente na esteira do pensamento neoliberal de Caldeira uma tentativa de

* Doutorando e professor temporário de Literatura Brasileira (UFRGS). Poeta e cancionista. Email: guto.leite82@gmail.com

rearranjo da árvore genealógica brasileira. Como o Brás Cubas do capítulo terceiro, e num panorama do país tomando assento à mesa dos países ricos, esforça-se em dizer logo que viemos de empreendedores e não de escravos, ou melhor, de um contexto de comércio e não da plantation. Embora ambos fossem drásticos àquela altura, antes um pequeno contrato do que a chibata para quem quer se irmanar à França, à Inglaterra, à Alemanha, ao norte dos Estados Unidos...)

Se a hipótese de Caldeira ainda está sendo revisada pela academia, é muito eloquente ao menos no que tange ao triunfo de São Paulo como a capital econômica do Brasil. A ideia de que atividades decisivas para o futuro do país tangenciavam as garras tributárias do Distrito Federal soa essencial para entendermos o futuro daquela cidade

Plantada no alto da Serra do Mar, defronte ao único acesso fluvial às florestas virgens dos sertões interiores das posses ocidentais dos reis cristianíssimos de Portugal, dominadas por indígenas bravios, o pequeno aldeamento jesuíta guardava uma posição da mais dramática importância na estratégia da conquista e alimentava a vocação de uma missão sobre-humana. (SEVCENKO, 1992, p.107)

Entre missão e realização, entre colônia e Brasil moderno, entre a mão pesada (de anéis) do rei de Portugal, a precária base cafeeira da República e a automobilística cidade de São Paulo do século XX: esse é o espaço de desenvolvimento das reflexões de Caldeira.

Da outra ponta de um esforço de reconhecimento de raízes históricas diferenciadas para a economia dos sertões, está parte do modernismo brasileiro dos primeiros anos, que pensa o Brasil já a partir da perspectiva paulista, seja em sua cruzada modernizadora, iluminista e catequética rumo aos incultos interiores da nação e ao pensamento obsoleto da civilização carioca, seja na visão de que tudo é particular (regional) ante o universal da arte e do pensamento modernistas. Em outros termos, enquanto Caldeira reivindica, da atual condição brasileira de almost developed, que a história do interior, dos contratos, também faça parte da história brasileira como nós brasileiros a entendemos, alguns dos primeiros modernistas perscrutam o Brasil já com São Paulo ao centro, e centro a ser “positivamente” alcançado pelo restante da nação.

É no passado que se diz futuro, na profecia da vanguarda modernista, que foi escrita uma das obras mais celebradas de nossa literatura: *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade. Uma rapsódia bumba-meu-boi (SOUZA, 2033) que conta a busca da personagem-título por seu amuleto nostálgico, que vai acabar nas mãos de um estrangeiro na capital paulista. Ao fim, *Macunaíma* derrota o vilão, mas acaba por perder seu talismã, restando ao herói refugiar-se no mundo não corrompido das estrelas.

Após essa breve síntese, e provocado pela aproximação do professor Homero Vizeu Araújo, pergunto-me: como a hipótese de Caldeira, ou alguns aspectos de sua formulação, nos ajudam a ler certas passagens do livro de Mário de Andrade? Ou, em

outros termos: se nos dois escritores paulistas há uma semelhança de movimento – diferenciados talvez pelos eixos distintos da promessa e da reivindicação –, que ganhos obtemos ao aproximarmos suas realizações para entendermos Macunaíma? É dessa pergunta que se ocupará o presente artigo.

MACUNAÍMA EMPREENDEDOR?

Na base dos dois livros de Caldeira mobilizados neste trabalho está algo difuso, relativamente abstrato, ao que denomino apressadamente de “disposição para o trabalho”, ou, em termos mais próprios, empreendedorismo. Trata-se em linhas gerais do desejo por parte do indivíduo em ascender socialmente como fruto de seus próprios esforços ou, simplesmente, prover sustento a si e aos seus por conta do trabalho que efetua. Embora pareça dispensável esta introdução, a existência de um empreendedor que penhora seu futuro condicionado quase exclusivamente à força de seu trabalho entra em grave ou ligeiro atrito com outra grande figura recorrente da antropologia e historiografia literária nacional: o malandro. Quer na identificação de uma intersecção das esferas pública e privada e da conceituação do homem cordial, quer na identificação do favor e da “ação pelo efeito” como elementos importantes na dinâmica social, há sempre essa ideia de que algo pode substituir o trabalho como instrumento de ascensão.

Macunaíma certamente não é um empreendedor, embora, ao longo da narrativa, se envolva na empresa da busca da Muiraquitã, se é que podemos chamar de empreendimento essa busca. Desde o primeiro capítulo, por exemplo, capítulo do nascimento e da infância do herói, mostra-se bem que o indígena mais “dandava para ganhar vintém” do que propriamente se envolvia nos afazeres da tribo (levados a cabo por sua mãe, por Jiguê, seu irmão, e por Sofará, sua cunhada). Também o fato de serem índios, por supuesto, acarretaria que o trabalho fosse tão somente para o sustento da coletividade e não para a acumulação de riqueza, certo?

Não muito. Por outro lado, Macunaíma não está completamente ao largo do esforço alheio nem tampouco a tribo constitui uma de suas preocupações mais imediatas. O protagonista tenta chantagear sua mãe e acaba por conseguir que Sofará o leve nas costas para passear no mato – impedindo que a índia cumprisse seus afazeres domésticos, o que enervou muito Jiguê. Em seguida, importuna o irmão para que lhe cedesse fibra de curuá, o que conseguiu após alguma insistência. Aproveitando o trabalho do irmão, tendo a fibra enfeitiçada pelo pai-de-terreiro e sendo levado nas costas por Sofará, o “filho do medo da noite” conseguiu capturar uma enorme anta na armadilha, ganhando reconhecimento de toda a tribo por sua inteligência (ANDRADE, 2004, p.13-16). Reparem como o herói se aproveita do trabalho de todos para obter conforto e mérito pessoal.

Para além da metáfora de Macunaíma nascer com comportamentos adultos infantilizados e a sutil pilhéria com o Grupo da Anta (1926), a primeira leitura que temos do herói é mesmo a de quem deturpa a lógica do trabalho-livre e, nesse sentido, justifica a sensação de Candido de que seria o malandro elevado à categoria de símbolo

(CANDIDO, 2004, p.22) (deturpa sem subvertê-la, relativizando as regras existentes, acrescentaria DAMATTA, 1997, p.276 e p.291). Em cores mais brandas, também podemos vê-lo – pois essa marca de aproveitamento do trabalho alheio surge em pontos ulteriores da narrativa – como uma espécie de explorador, senão capitalista, ao menos um aproveitador do trabalho coletivo, do pequeno favor que leva a personagem um pouco adiante em sua ascensão ou mantém-na no mesmo ponto, mas sem exigência de trabalho. Mas como, então, entender do ponto de vista do empreendedorismo a figura de Macunaíma? O que o distancia de personagens como Leonardo Pataca – aproximação feita por Antonio Candido?

Poderíamos pensar que a busca da Muiraquitã é uma espécie de empreendimento nos termos de Caldeira, mas a narrativa não permite tal leitura. O fato do amuleto não ter qualquer valor senão sentimental (ANDRADE, op. cit., p.35-37 et passim) – no fundo, a jornada do herói é de motivação romântica (a pedra é vestígio da relação do herói com sua mulher, Ci, e só se insinua seu valor totêmico para a tribo no polêmico capítulo da “Carta pras Icamíabas”) –, do herói ser imperador em sua terra, de nunca querer trabalhar ao longo de sua busca (“Ter de trabucar, ele, herói...”) (ANDRADE, idem, p.41), de ser sempre socorrido pelo trabalho de sua família; tudo aponta para uma natureza ainda mais primitiva (do ponto de vista dos negócios, do empreendedorismo) do que a atitude do protagonista de Manuel Antonio de Almeida.

Outro elemento importante em Macunaíma, e que distancia muito a narrativa do hipotético olhar de Caldeira, é a presença determinante da magia para o desenvolvimento da trama. De forma ligeira, pode-se conceituar a magia como um artifício primitivo que substitui ou influencia a realização do trabalho. Noutros termos, em vez de se tomar as ações necessárias para a obtenção do objeto de desejo, ou afastar as causas do infortúnio (que pode ser também financeiro), o indivíduo recorre a feitiços, rezas, pactos para conseguir o que quer.

(Há uma consequência interessante deste embate no cerne da evolução da imagem do malandro já no século XX e no interior da Canção Popular. Das cerimônias nas casas das tias, passando por Sinhô abençoando cada canção com seu pai-de-santo, seguindo para o canto avesso ao trabalho dos sambistas do Estácio e chegando ao “feitiço sem farofa” de Noel Rosa. Em parte esse movimento pode ser acompanhado no livro de referência de Carlos Sandroni [2001] ou em minha dissertação de mestrado. Acompanhando a reflexão, resta uma pergunta incômoda: Candido teria cometido anacronismo ao lançar mão de características da figura do malandro pós-Getúlio Vargas para entender os movimentos de um personagem de romance de meados do século XIX ou as reflexões do crítico têm na verdade raízes mais profundas e não estaria conspurcada pela formulação posterior?).

Na obra, além de Manaape (irmão do herói) ser feiticeiro e se valer de magia em algumas passagens – inclusive ressuscitando o herói duas vezes (ANDRADE, op. cit., p.47 e p.111) –, e do poder de transformação do herói, que em diversos pontos da história se transforma em outro ser para se livrar das enrascadas, é fundamental lembrarmos que o golpe decisivo contra o gigante se dá num terreiro de macumba no Rio de Janeiro. É nos atabaques de Olelê Rui Barbosa dentro do zungu da Tia Ciata que

se dá o ponto de virada da batalha entre Pietro Pietra e Macunaíma. E mais importante do que isso, para os nossos termos: a cerimônia em que Macunaíma pede ajuda a Exu contra o Gigante não é embuste, trapaça ou inócua. Diz claramente o narrador: “Era uma macumba séria e quando santo aparecia, aparecia deveras sem nenhuma falsidade. Tia Ciata não permitia dessas desmoralizações no zungu dela” (ANDRADE, *idem*, p.60). Não se trata, portanto, de crença ou enganação, mas sim de uma maneira alternativa de se conseguir o que se deseja. Numa perspectiva empreendedora estreita, não há maneira alternativa de se conseguir o objeto da empresa, somente o trabalho.

Em que pese, pois, algumas passagens que veremos adiante, é de fato na recusa ao trabalho e no truque de mágica – palavra aqui proposital para reunir feitiço e jeitinho – que Macunaíma obterá sucesso em sua jornada. Jornada esta, por sinal, revestida mais das cores e motivações de uma cruzada do que pelo desejo do lucro ou da acumulação de capital, outra característica que nos desarma na tentativa de vê-lo como empreendedor. Os acordos realizados pelas personagens no decorrer da narrativa, aliás, talvez ajudem a nos posicionarmos com mais firmeza, sobre como se comporta o contexto econômico no universo de Macunaíma, o que veremos a seguir.

FAVOR X CONTRATO

Em seu mais recente livro, Caldeira desvela um contexto de incipiente mas progressiva regularização dos contratos financeiros no Brasil a partir do começo do século XIX, “com as relações econômicas se expressando não mais como dependência pessoal, mas sendo liquidadas com dinheiro” (CALDEIRA, 2009, p.338). Diante dessa mudança de paradigmas, e na tentativa de uma interpretação mais acurada do romance, resta a pergunta: a relação entre as personagens do romance se dá por uma retribuição de favores ou à base de contratos? Qual dessas lógicas de comportamento socioeconômico rege a maior parte das ações do herói e das demais personagens de Macunaíma?

Tomando de empréstimo a definição de Schwarz no estudo da obra machadiana, o favor é o mecanismo com o qual a classe dos homens-livres se movimenta socialmente, envolvendo também aqueles que teriam condições de se movimentar por si mesmos, os mais ricos. Em função das condições desiguais de nossa sociedade, acabou por se tornar nossa mediação quase universal (SCHWARZ, 2000, p.16).

Uma primeira leitura, nesses termos, diria que tudo em Macunaíma é regido pelo favor. Os seres míticos ajudam o herói, os irmãos ajudam o herói, os ingleses ajudam o herói, Tia Ciata ajuda o herói, quase todos prestam favor ao herói. Entretanto, aproximando o olhar, vendo um pouco mais de perto, observamos que todos ajudam o Imperador do Mato Virgem sem obter nada em troca, nem imediatamente nem a longo prazo (já que obviamente o herói vira estrela sem retribuir qualquer dos favores recebidos ao longo da narrativa).

Proponho duas maneiras de entendermos tal peculiaridade: ou Macunaíma estende sua influência de imperador para fora dos limites do Mato Virgem (embora só

recebesse homenagens em suas terras, reduto de poder que quase fez o herói desistir da busca da Muiraquitã) (ANDRADE, op. cit., p.36 e p.41) e, assim, todos seguem prestando favores a ele, porque o pagamento é a própria possibilidade de fazer um favor ao monarca; ou as relações são economicamente ainda mais precárias do que o imperativo da audácia e do jeitinho e mais próximas do ambiente primitivo indígena (Macunaíma usa a astúcia, sim, como um autêntico malandro, mas também usa o medo, a violência, a fuga, e neste caso está mais próximo de um trickster do que do malandro candiano).

Também é possível ir em busca das raras vezes em que o dinheiro ou o comércio aparecem ao longo da trama para ajudar a entender qual é economicamente o universo do herói. O “patrocínio” inicial da viagem é dado por Araguaia, quarenta milhões de bagas de cacau, mas que Macunaíma e seus irmãos trocam na Bolsa para conseguirem perto de oitenta contos de réis (ANDRADE, idem, p.39-41). Em valores atualizados, este valor giraria em torno de dois milhões e meio de reais (embora Manaape não ache um grande valor e os irmãos tenham ido morar numa pensão)! Para se ter ideia do montante, é exatamente o mesmo valor de toda a dívida ativa cobrada pelo município de Belo Horizonte em 1926.

Com isso, talvez possamos entender que o poder do herói na cidade advém mais de sua reconhecida condição de rico do que de um poder monárquico estendido do Mato Virgem para as terras do igarapé Tietê. Explicaria, por exemplo, por que os ingleses dão a Macunaíma uma smith-wesson (arma de fogo), balas e uísque (ANDRADE, idem, p.47-48). Também explicaria todos os pequenos favores que muitos personagens lhe fazem ao longo da trama, inclusive seu trânsito e prestígio durante a decisiva cerimônia da macumba no capítulo VII.

Entender o herói sem nenhum caráter como um imperador perdulário fora de seus domínios talvez ilumine algumas passagens importantes da obra – como a Carta pras Icamias (capítulo IX), onde após gastar todo o dinheiro com prostitutas, champanhe e lagosta, o herói pede mais cacau para que continue suas farras –, mas não define completamente o “comportamento econômico” do herói, que em vários trechos da narrativa almeja encontrar dinheiro enterrado (ANDRADE, idem, p.54, 65 e 109) e retorna ao Mato Virgem após comprar algumas bugigangas, a saber, um revólver Smtih-Wesson (que ele já tinha ganhado), um relógio Patek e um casal de galinha Legorne (ANDRADE, idem, p.131).

Afinal, qual a condição econômica do herói modernista? Vimos que se torna difícil caracterizá-lo como um empreendedor, mas também não é absolutamente verdade afirmarmos que ele sobrevive dos favores que lhe prestavam. Tampouco podemos dizer que sua condição de Imperador é aquela predominante na trama e é ela que define a trajetória do herói. Em suma, como o pensamento de Caldeira nos ajuda a entender a obra mais renomada do modernismo paulista?

DESFECHO

Proponho, como hipótese, que as proposições de Caldeira desvelam uma interessante divisão na obra-prima de Mário de Andrade. Por meio dos questionamentos e pela argumentação do sociólogo, enxergamos melhor que há em Macunaíma um espaço do empreendedorismo, outro das relações de favor e ainda um terceiro absolutista. Não que os espaços sejam imediatamente ligados a São Paulo, Rio de Janeiro e o Mato Virgem, respectivamente, nem que não se entrelaçam em diversas passagens da narrativa – a condição de andarilho mágico do herói propicia tais entrecruzamentos –; mas podemos identificar que há pelo menos três relações econômicas dominantes ao longo da trajetória do herói sem nenhum caráter.

Embora raramente seja relatado que Macunaíma precisasse comprar algo ao longo da trama, o comércio encontra importante representação na obra de Mário de Andrade. Aquilo que havia sido a base da expansão no fim do século XVIII para Caldeira, a “dinâmica nascida do mercado interno da colônia” (CALDEIRA, 2009, p.7), é presente na obra nos diversos comerciantes que cruzam o caminho do herói e no episódio da greve (ANDRADE, op. cit., p.92), onde o herói quase foi preso após defender os irmãos.

Também podemos dizer que está na obra o espaço da Coroa, do Fisco, dos favores e do funcionalismo público. Todo aquele universo que chegou ao Brasil em 1808, transformando o Rio de Janeiro numa “metrópole interiorizada” (DIAS, M. apud CALDEIRA, 2009, p.336), mostra-se especialmente nos capítulos sétimo e oitavo. Começo por este último, que se trata de quando Macunaíma quase se torna genro de Vei, a Sol, quando passa todo um dia tocando berimbau e brincando com as mulheres no Rio de Janeiro, até “não achar mais graça na capital da República” (ANDRADE, op. cit., p.79) e voltar para São Paulo. Já o tão comentado capítulo VII, intitulado “Macumba”, para além dos imprescindíveis favores prestados por Exu ao herói, pode ser entendido como uma espécie de imposto narrativo pago pelo autor da obra. Como realizar uma epopeia cultural brasileira sem passar pela Cidade Maravilhosa? É legítimo que o herói prescindia do Rio de Janeiro e que o capítulo decisivo se dê na ainda então acanhada capital paulista? Pela aposta vanguardista no futuro, sim, é legítimo que o ambiente preferencial seja São Paulo, mas – e agora provooco – desde que o imposto seja devidamente pago à cultura carioca.

O terceiro espaço é ainda mais fácil de ser vislumbrado. Toda a narrativa até o capítulo quinto se desenvolve neste universo mítico e de poderes imortalizados. Até esse ponto, Macunaíma pode ser entendido facilmente com um trickster, um diabo, um saci, que por astúcia e crueldade – mata sua própria mãe, por exemplo, e estupra Ci para se tornar Imperador (ANDRADE, idem, p.22 e 24) – torna-se o poder supremo no Mato Virgem. Na continuidade da narrativa, como busquei demonstrar, é difícil desvincular sua condição de monarca da forma com que ele é tratado por seus irmãos e pelas demais personagens. São poucos os que negam as vontades do herói ou refutam-no de alguma forma e, mesmo assim, quando o fazem, há sempre um tom lúdico que envolve a cena. Aliás, o único que realmente se opõe ao herói de maneira mais clara é o gigante Venceslau Pietro Pietra (também o faz caapora, sua mulher, numa relação de

contiguidade da rixa) (OTSUKA, 2007), que tem por fim ser o molho da macarronada de sua família.

Mais importante do que pensarmos se houve ou não a intenção de Mário de Andrade em representar a coexistência dessas três relações socioeconômicas pelas quais nossa sociedade se desenvolvia (ou se desenvolve), talvez seja profícuo pensarmos que o autor tenha alcançado uma “intuição profunda do movimento da sociedade brasileira” (SCHWARZ, 1989, p.131). À maneira de Manuel Antônio de Almeida em *Memórias de um sargento de milícias*, com a motivação íntima de abarcar uma quantidade expressiva de realidade empírica (contemporânea para aquele, folclórica/contemporânea para este) e pouca familiaridade com o gênero romanesco ou com o trabalho formal mais exigente, o escritor paulista pode ter conseguido dar forma àquela interpenetração de poderes de meados da década de 20. Diferente do romancista romântico, é possível entender que o alcance interpretativo de Mário de Andrade tenha sido um pouco maior, que ele tenha abarcado um pouco mais da sociedade brasileira (saindo do ambiente especificamente carioca) – mas não muito mais – e flagrado historicamente o momento em que as forças do empreendedorismo paulista começavam a confrontar a hegemonia da capital da República. Estaria aqui o ponto em que as proposições de Caldeira e Mário de Andrade se encontram, onde o reconhecimento do modelo do sociólogo se associa à promessa vanguardista do escritor.

Embora tenham sido necessárias todas essas mediações, explica-se – este último parágrafo sendo a mais-valia interpretativa do artigo – a intuição que levou Candido a relacionar as duas narrativas e, mais, a entender que há uma elevação de representatividade de uma para outra (CANDIDO, 2004, p.22).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Moderna, 1993.
- ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Editora Scipione, 1994.
- CALDEIRA, Jorge. *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mameluco, 2009.
- _____. *A nação mercantilista*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem” in _____. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 2004.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* [– 6ª ed. –]. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* [– 26ª ed. –]. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- OTSUKA, Edu Teruki. “Espírito rixoso: para uma reinterpretação das Memórias de um sargento de milícias” in *Revista do Ieb*, nº44, p.105-124. São Paulo: Editora 34, 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. [12ªed.] São Paulo: Brasiliense, 1972.

SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro, 1917-1933*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. / Ed. UERJ, 2001.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades / Editora 34, 2000.

_____. “Pressupostos, salvo engano, da Dialética da malandragem” in _____. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SOUZA, Gilda de Mello e Souza. *O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma* [2ª ed.]. São Paulo: Duas Cidades / Ed. 34, 2003.